



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA**

CICERA ÂNGELA ALVES LEITE

**VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS:
UMA ABORDAGEM HISTÓRICA ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES DA
LÍNGUA PORTUGUESA**

CAJAZEIRAS-PB

2016

CICERA ÂNGELA ALVES LEITE

**VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS:
UMA ABORDAGEM HISTÓRICA ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES DA
LÍNGUA PORTUGUESA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Letras, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva

CAJAZEIRAS-PB

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096

Cajazeiras - Paraíba

L533y Leite, Cícera Ângela Alves.

Variações linguísticas: uma abordagem histórica acerca das transformações da língua portuguesa / Cícera Ângela Alves Leite. - Cajazeiras, 2016.

45p.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva.

Monografia (Licenciatura em letras - língua portuguesa) UFCG/CFP, 2016.

1. Língua portuguesa - história. 2. Gramática - história. 3. Livro didático. 4. Variação linguística. I. Silva, Jorgevaldo de Souza. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 811.134.3(091)

CICERA ÂNGELA ALVES LEITE

**VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA ACERCA DAS
TRANSFORMAÇÕES NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Letras, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva - UFCG-CFP-UAL
Orientador

Prof.^a Dr.^a Hérica Paiva Pereira UFCG-CFP-UAL
Examinadora 1

Prof. Dr. José Wanderley Alves de Sousa - UFCG-CFP-UAL
Examinador 2

Prof. Esp. Abdoral Inácio - UFCG-CFP-UAL
Suplente

Aos meus pais Maria Joana e Antônio Alves, que me ajudaram em todos os momentos, e incentivaram nos estudos. Ao meu irmão Antônio Filho, pelo cuidado e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus, por me fortalecer e não me desamparar nos momentos de dificuldade.

Aos meus pais e ao meu irmão que me deram incentivo, amor e apoio incondicional.

Aos demais familiares, que me deram forças para continuar nas vezes que pensei em desistir, almejando presenciar minha realização profissional e acima de tudo minha felicidade.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva, pelas leituras sugeridas, pelas paciência e pelas sugestões.

Aos demais professores que participaram da minha trajetória escolar e acadêmica, por terem despertado em mim a vontade de querer saber sempre mais.

Aos bons amigos que me auxiliaram com palavras de incentivo e confiança durante a elaboração desse trabalho.

Aos colegas de curso que dividiram os momentos de ansiedade quando tudo parecia sem solução.

Enfim, agradeço a todos que de forma direta ou indireta, contribuíram para minha formação.

Usar a língua tanto na modalidade oral como na escrita, é encontrar um ponto de equilíbrio entre dois eixos: o da *adequação* e o da *aceitabilidade*.

Marcos Bagno

RESUMO

Há bastante tempo o ensino de língua portuguesa tem estimado a gramática normativa como eficaz no processo de uso adequada da língua, fato que condiciona o aluno a pensar na existência de uma forma errada de falar em detrimento de uma correta. Como consequência dessa atitude, são excluídas da sociedade grupos de falares estigmatizados, por se manifestarem linguisticamente em divergência com as regras gramaticais adotadas pelas instituições de ensino. Essa forma tradicional de abordagem dificulta que se atinja o objetivo de formar cidadãos atuantes na sociedade e capazes de agir em variados contextos de competência linguística. Assim, objetivamos apresentar uma breve história da língua portuguesa e da gramática para uma melhor compreensão de sua origem, bem como estimular os professores de língua materna a apreciarem a variação linguística, tratando desse realidade em suas múltiplas faces, sem idealizarem apenas a estrutura formal da língua. Para tanto, discutiremos sobre aspectos da abordagem histórica da língua portuguesa, desde suas raízes até o dado momento, das concepções de língua em diferentes abordagens, dos tipos de gramáticas e como o livro didático se apresenta nesse cenário. Nosso trabalho deu-se por pesquisa bibliográfica, com a utilização das considerações de Antunes (2007), Bagno (1999 e 2007), Carvalho e Nascimento (1981), Coutinho (2011), Faraco (2005), Martelotta (2011), Orlandi (2009) além dos PCN (1998), entre outros. Cremos que os métodos de ensino de língua portuguesa devem ser revistos pelos professores, que possuem boa formação e uma base de conhecimento sociolinguístico, passando a considerar a variação e diversidade linguística dos discentes, explanando que a língua se molda conforme as situações comunicativas.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Gramática. Variação Linguística.

ABSTRACT

For a long time the Portuguese language teaching has estimated the normative grammar as effective in the proper use of the language process, a fact that affects the student to think about the existence of a wrong way of speaking rather than a right one. As a result of this attitude, groups of stigmatized ways of talking are excluded from society for speaking linguistically at odds with the grammatical rules adopted by educational institutions. This traditional way of approach makes it difficult to achieve the goal of training acting citizens in society and able to act in different contexts of language competence. Thus, we aimed to present a brief history of the Portuguese language and grammar for a better understanding of its origin and encourage mother tongue teachers to appreciate the linguistic variation, dealing with this reality in its many faces, not just idealize the formal structure of language. To do so, we discoursed about aspects of the historical approach of the Portuguese language, from its roots to the current time, the conceptions of language in different approaches, types of grammars and as the textbook presents this scenario. This is a literature-based work, with the use of Bagno considerations (1999 and 2007), Carvalho and Nascimento (1981), Coutinho (2011), Faraco (2005), Martelotta (2011), Orlandi (2009), addition to the PCN (1998), among others. We believe that the Portuguese language teaching methods should be reviewed by teachers who have good training and sociolinguistic knowledge base, now considering the variation and linguistic diversity of students, explaining that language is shaped according to the communicative situations.

KEYWORDS: Teaching. Grammar. Linguistics Variation.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	11
2 A LÍNGUA PORTUGUESA EM SUAS ORIGENS	17
2.1 A LÍNGUA PARA OS FILÓSOFOS GREGOS	20
2.2 PERSPECTIVAS LINGUÍSTICAS: A LÍNGUA SOB O OLHAR DO STRUTURALISMO.....	21
2.3 PERSPECTIVAS LINGUÍSTICAS: A LÍNGUA SOB O OLHAR DO GERATIVISMO.....	24
2.4 PERSPECTIVAS LINGUÍSTICAS: A LÍNGUA SOB O OLHAR DO FUNCIONALISMO	25
3 CONCEITOS DE NORMA E GRAMÁTICA	27
3.1 GRAMÁTICA	27
3.1 GRAMÁTICA TRADICIONAL	28
3.2 GRAMÁTICA HISTÓRICO-COMPARATIVA.....	29
3.3 GRAMÁTICA ESTRUTURAL	31
3.4 GRAMÁTICA GERATIVA	32
3.5 GRAMÁTICA COGNITIVO-FUNCIONAL	33
4 O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO FRENTE AS QUESTÕES DE NORMA E VARIÇÃO	35
4.1 O ENSINO DE PORTUGUÊS E AS CONCEPÇÕES DE VARIÇÃO.....	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

1 INTRODUÇÃO

A linguagem, seja ela verbal ou não verbal, é usada pelo homem para expressão de suas práticas, além dos pensamentos e sentimentos. A língua se apresenta de maneira dinâmica, aberta a transformações e adequações nas estruturas sociais e políticas dada às necessidades de seus falantes. Tendo em vista a importância da comunicação na sociedade, não é de hoje que se expressa interesse pelo estudo dos fenômenos linguísticos, assim tentando explicar algo que lhe é próprio e que faz parte do convívio social.

Segundo Carvalho e Nascimento (1981) e Coutinho (2011) na história da Língua Portuguesa são evidentes as transformações ocorridas ao longo do tempo. Essas modificações não se deram por acaso, obedeceram a tendências naturais e a hábitos fonéticos espontâneos.

Para Carvalho e Nascimento (op cit), a língua portuguesa é um prolongamento do latim levado pelos romanos para a Península Ibérica. No período em que os romanos desembarcaram na região da Península depararam-se com uma região fragmentada habitada por povos de diferentes origens pela fato da região apresentar uma situação geográfica privilegiada. Tal variedade étnica corresponde a uma variedade linguística, nesse contexto as características das línguas nativas penetraram na língua latina trazida recentemente e que posteriormente passaria a dominante.

Com a fundação de Portugal surgia uma nova nação, a portuguesa. Onde foi implantada a monarquia, falava-se o galego-português. Na medida em que Portugal se expandia foram absorvidos os falares que já existiam e acentuava-se as diferenças nas características linguísticas entre o falar dos galegos (estático), e o falar dos portugueses (dinâmico) a ponto de se tornarem independentes. Assim, a expressão galego-português dividiu-se em duas línguas: o galego, absorvido pela unidade castelhana e o português que continuou evoluindo e atingindo o estágio ao qual se encontra hoje carregando ainda a dinamicidade.

Coutinho (op cit) divide a evolução da língua portuguesa em três fases: pré-histórica, proto-histórica e Histórica. A fase pré-histórica começa com as origens da língua até o século IX; a fase proto-histórica se deu do século IX ao XII, época em que os documentos eram redigidos em Latim Bárbaro, a língua já era falada e ainda

não escrita e a fase histórica do século XII até os dias atuais. Essa última fase abrange dois períodos o português arcaico, que podemos conhecer através das poesias trovadorescas e o português moderno que conhecemos na atualidade. Por meio da expansão marítima de Portugal a língua portuguesa foi sendo levada a regiões conquistadas ampliando seu domínio geográfico.

Em se tratando do estudo da linguagem, nota-se que antes mesmo do surgimento da linguística os gramáticos gregos e romanos já evidenciavam interesses literário, religioso, filosófico dentre outros nesse campo. Porém, é somente no século XX com advento da linguística que o estudo da linguagem torna-se ciência, com seus método e objeto próprios. Segundo Orlandi (2009) a linguística definiu-se com sucesso na área das ciências humanas, como o estudo científico que visa descrever ou explicar a linguagem verbal humana.

É importante ressaltar observações a respeito do conceito de linguagem e língua, tendo em vista que esses conceitos são associados de maneira equivocada ao passo que se confunde linguagem com língua ou vice-versa. Martelotta (2011) faz essa distinção afirmando que a linguagem apresenta mais de um sentido e pode ser usada para referir-se a qualquer processo de comunicação, desde a linguagem dos animais a linguagem escrita. Nessa perspectiva, as línguas naturais, como o português e o inglês são formas de linguagem, pois constituem e possibilitam a comunicação entre os falantes de uma comunidade.

Em suma, a linguagem é considerada pelos linguistas como uma habilidade que o ser humano possui para se comunicar por meio da língua. Em contrapartida a língua é definida como um sistema de signos vocais usados como meio de comunicação por membros de uma comunidade linguística.

A linguística conhecida hoje começou com o Curso Linguística Geral publicado em 1916, trabalho organizado por dois alunos que traz a reconstrução das anotações feitas durante cursos lecionados por Ferdinand de Saussure, considerado pai da linguística moderna. Saussure, em seu modelo teórico estruturalista, entende a língua como forma. Seu estudo traz as famosas dicotomias: língua x fala, sincronia x diacronia, paradigma x sintagma, forma x substância, significado x significante, motivado x arbitrário.

Dentre as dicotomias saussurianas, a diacronia x sincronia está relacionada ao método investigativo adotado pela linguística. O estudo sincrônico de uma língua determina o estado da língua em determinado momento no tempo, já o estudo

diacrônico busca estabelecer comparações entre diferentes momentos da evolução dessa língua. O estruturalismo proposto por Saussure aponta as diferenças entre os métodos investigativos e a prioridade nos estudos diacrônicos.

Outra corrente da ciência da linguagem é o a linguística gerativa ou gerativismo que se iniciou nos Estados Unidos em 1957 com a publicação da obra *Estruturas sintáticas* de Noam Chomsky. Essa vertente de estudo passou por várias reformulações a fim de elaborar um modelo teórico formal, inspirado na matemática, capaz de ilustrar o que é e como funciona a linguagem humana. Ela surge como uma rejeição ao behaviorismo, corrente estruturalista norte americana representada por Bloomfield.

O behaviorismo prega que a linguagem é um fenômeno externo ao indivíduo, um sistema de hábitos pautados no mecanismo estímulo - resposta. Chomsky, vem criticar esse modelo afirmando que o ser humano é criativo e essa criatividade é o principal aspecto que caracteriza o comportamento linguístico humano, fator que distingui a linguagem humana da linguagem dos animais classificando esse sistema como a faculdade da linguagem. Não sendo suficiente apenas a postular a ideia faculdade da linguagem os linguistas gerativistas vêm elaborando teorias que buscam esclarecer o funcionamento da linguagem na mente humana.

Os linguistas gerativistas procuram analisar a linguagem humana de forma matemática e abstrata, essa forma de estudo elabora o modelo teórico do gerativismo. A primeira elaboração de modelo gerativista ficou conhecida como gramática transformacional, esta descreve a formação dos constituintes de uma sentença linguística e o processo de transformação desses constituintes. Posteriormente em 1980 surge a gramática universal (GU) classificada como conjunto de propriedades gramaticais comuns a todas as línguas naturais, a partir de então os gerativistas estabeleceram uma teoria de estudo pautada em princípios e parâmetros. Essa teoria tem duas fases: teoria da regência e da ligação (TRL) e o programa minimalista (PM), esta última em desenvolvimento até o presente.

Ao tratarmos de funcionalismo um de seus sentidos na linguística é a apreciação da diferença de funções exercidas pela língua e um reconhecimento teórico de que a estrutura das línguas é, em partes, motivada por suas funções características.

A sociolinguística compreende que nem tudo é variação linguística, entretanto quando há variação não ocorre por acaso, pois existe uma organização linguística que ajusta-se ao contexto da comunicação.

Entendem-se por sociolinguística o estudo das correlações sistemáticas entre formas linguísticas variantes [...] e determinados fatores sociais, tais como a classe de renda, o nível de escolaridade, o sexo, a etnia dos falantes. (FARACO, 2005, p. 184).

Nessa perspectiva teórica, expande-se o estudo da variação linguística, acrescentando-se à dimensão geográfica e a dimensão social como fator de diferenciação linguística.

Assim, surge duas dimensões a **estratificação social** e a **estratificação estilística**. É a partir dessas dimensões que a sociolinguística dá continuidade aos estudos científicos da língua, seguindo a ideia pregada pelos linguistas de que a língua deve ser estudada associada a um contexto social, sem desatenção a sua heterogeneidade, bem como abre novas perspectivas para o estudo histórico.

Os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) (1998) asseguram que no ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se anseia não é levar o aluno a falar "certo", mas é possibilitar-lhes a escolha da forma de falar a empregar o vocabulário considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar a variedade da língua a situações comunicativas diversas. Ainda acrescenta que a sala de aula é um espaço em que o diferente não seja nem melhor nem pior, mas diferente.

Em situação de sala de aula, cabe ao professor ensinar essas diferentes formas de se expressar pela língua portuguesa, sinalizando que as variedades linguísticas são desenvolvidas, por exemplo, pela faixa etária, influência do meio social, sexo e grau de escolaridade.

Nesse contexto, o livro didático como instrumento necessário para o processo de ensino-aprendizagem, tem fundamental importância em sala de aula. Entretanto, no momento de fazer a escolha desse livro a ser adotado é importante analisá-lo observando se sua proposta metodológica está adequada, quais conteúdos aborda e como aborda, ainda cabe ao professor pesquisar outros meios para complementar o ensino.

O presente trabalho se volta para os docentes formados e em formação, como reflexão a respeito do ensino de língua portuguesa e de como é trabalhado o tema variação linguística em sala de aula.

É nessa perspectiva que se almeja discutir a respeito da importância de se trabalhar a variação linguística em sala de aula, através de um estudo teórico acerca dos pressupostos da sociolinguística no material didático e aplicação na prática docente.

A realização desse trabalho se deu por pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo com base nos pressupostos de Antunes (2007), Bagno (1999 e 2007), Carvalho e Nascimento (1981), Coutinho (2011), Faraco (2005), Martelotta (2011), Orlandi (2009), além dos PCN (1998) e outros documentos oficiais e pesquisados.

Pautamo-nos aqui na problemática de que o ensino de língua portuguesa ainda não está adequado às propostas curriculares sugeridas pelos PCN e de que o livro didático não apresenta de maneira objetiva a variedade linguística. Para se chegar a um ensino em que se pregue a ideia de que a variação sempre existiu e sempre existirá, independente das normas gramaticais, pode ser necessária uma aplicação real, para os professores, das propostas da sociolinguística, para que se discuta e aprimore o processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa respeitando as diversas culturas e conseqüentemente as variedades linguísticas dos alunos.

Para tanto, no primeiro capítulo discutimos a história da língua portuguesa, a partir das abordagens de Carvalho & Nascimento e Coutinho, que explanam as transformações sofridas por nossa língua até o estágio atual. Ainda seguimos comentando embasados em Martelotta acerca das diferentes concepções de língua.

No segundo capítulo, abordamos a questão da gramática e norma em suas variadas concepções. Salientamos que a tentativa de explicar o comportamento da língua vem de épocas remotas, inspirados nos clássicos os gregos que instituíram um padrão afim de preservar sua língua. Desde então a gramática, como sistema de regras, passa a operar no sistema de ensino e rege o conceito de certo e errado quanto ao uso da língua. Com o advento da ciência da linguagem, a perspectiva tradicional tenta a modernizar-se, entretanto ainda há o predomínio do método primitivo.

No último capítulo apresentamos um estudo sobre as políticas de implantação do livro didático, bem como o tratamento quanto a variação. Também

tratamos da postura do professor ao abordar os conteúdos de gramática e variação, desenvolvendo a capacidade de perceber que a língua não é estática, sendo constituída por um conjunto de sentenças que os usuários têm competência para usar nas mais variadas situações.

Como tentativa de corrigir os lapsos na concepção no ensino de língua portuguesa, os professores devem estar em constante atualização por meio de pesquisas, cursos complementares e leituras. Além disso, devem pesquisar fontes afora livros didáticos, pois esses materiais ainda deixam a desejar quanto a abordagem da variação linguística.

Para um ensino pautado nas concepções da sociolinguística é necessário que os professores tenham o conhecimento dessa teoria e apliquem em sala de aula, desconstruindo a ideia de que há uma língua ideal.

2 A LÍNGUA PORTUGUESA EM SUAS ORIGENS

A língua é um sistema de signos empregados por determinada comunidade para a interação entre seus membros. Por ela ser um fato social está sujeita a variações históricas, geográficas e culturais que se moldam no tempo e no espaço conforme as necessidades de uso.

Em se tratando de língua portuguesa, percebemos que sua história está repleta de lutas e influências até chegar ao estado atual do nosso idioma. Nessa perspectiva, afirma Coutinho (2011), basta um ligeiro cotejo do vocabulário português com o latim para concluir que aquele proveio deste, tal o número de palavras comuns, semelhantes na forma e no sentido. Para ele, o português seria o próprio latim modificado.

Os fatores históricos ligados à nossa língua estão relacionados à história da Península. Inúmeros povos habitaram essas terras antes dos romanos, porém pouco se sabe a respeito, fato que torna a história das terras peninsulares um pouco confusa até a conquista romana. As investigações arqueológica, etnológica e linguística concluíram a existência de dois povos primitivos: cântabro-pirenoico e mediterrâneo. Estes povos deram origem o basco e ibero, o povo ibero se destacou daquele e por esse motivo os historiadores gregos chamaram a região de Ibérica.

A relação das duas civilizações foi fundamental para o povo da Península, que usufruiu da experiências dos dois povos para formação de sua notável arte.

A influência fenícia ainda não desapareceria da região peninsular, trazidos pelo cartaginês da mesma raça e que falava o púnico, um dialeto fenício. Cartago, progrediu aceleradamente tanto por terra quanto por mar. Roma não apreciava positivamente tais avanços. Logo, uma inevitável guerra entre as duas potências rivais se estabeleceu por um longo período, e por consequência de sua derrota a Hispânia passou a categoria de vassala de Roma.

Coutinho (op cit) segue afirmando que os romanos penetraram na Península no século III a.C, porém sua anexação como província se deu apenas no ano de 197 a.C. São destaques duas épocas da história da romanização da Ibéria: fase guerreira - iniciadas com as guerras púnicas se estendeu até o estabelecimento do Império e fase de paz - da chegada de Augusto estendida a todo período imperial.

Na época de Augusto as terras peninsulares foram divididas em três províncias: Terraconense, Bética e Lusitânia. Esse fato caracteriza a primeira manifestação de poder público para separar a faixa ocidental da Europa, onde mais tarde seria Portugal, separado do resto da Hispânia.

Os peninsulares se habituaram a presenciar conquistas de um povo forte e civilizado, e depois de uma intensa resistência adotaram a língua e a cultura dos romanos, em outras palavras, romanizaram-se. Apenas um dos povos não aceitou a língua latina e continuou a falar seu idioma próprio, o basco.

O latim se instalou sem opressão, foi introduzido pelas circunstâncias através dos comerciantes, colonos e funcionários públicos romanos. Como língua oficial tinha grande prestígio e era o idioma adotado nas escolas.

Havia duas modalidades de latim, o sermo vulgares e o sermo urbanus. A variante que se difundiu no território Ibérico foi a do povo inculto, a sermo vulgare. Na outra forma, sermo urbanus, foram escritas as extraordinárias obras de Virgílio, Cícero, César, Homero e Ovídio, e a mais conhecida nas escolas.

Nada mais natural que a língua viva e dinâmica atuante como e instrumento social se modifique com o passar dos anos e das influências exteriores. Não foi diferente com o latim como explana Coutinho:

Foi o que sucedeu com o latim falado pelo povo. Transplantado para a Hispânia, não demorou muito que se modificasse na boca dos habitantes da terra. E a sua evolução já se ia processando normalmente, quando elementos estranhos a vieram perturbar. (COUTINHO, 2011, p. 51).

No século V a Península foi invadida pelos bárbaros germanos, abarcavam várias nações com diferentes dialetos. Um povo guerreiro, porém com cultura inferior a dos peninsulares romanizados. Apesar de vencedores, os bárbaros adotaram a língua latina, já modificado e a civilização romana.

No século VIII, os árabes invadiram a Península com uma cultura superior aos peninsulares e impõem sua língua como oficial, contudo o povo continua falando o latim vulgar modificado ou romance. Ainda que os mulçumanos tenham permanecido como dominante por um longo período, pouco influenciaram sobre a língua portuguesa se restringindo apenas ao léxico.

Os cristãos, afim de combaterem os mulçumanos, organizavam movimentos denominados Cruzadas. Pela eficácia das Cruzadas foram fundados os reinos de Leão, Castela e Aragão. Nessas lutas muitos fidalgos ajudaram nas batalhas, dentre eles estava D. Henrique, conde de Borgonha, se destacou pelos serviços prestados a causa da coroa e acabou por receber em casamento a filha de D. Afonso VI, rei de Leão e Castela, ele ainda lhe cede um pequeno território localizado na costa ocidental da Península, o Condado de Portucalense.

Carvalho e Nascimento (1981) asseguram que na região onde foi fundada a monarquia portuguesa, falava o galego-português ou dialeto galeziano. Não obstante a proporção que Portugal expandia seu domínio para o Sul absorvia-se os falares que ali existiam. Desse modo, iam se acentuando as diferenças linguísticas entre o falar dos galegos, estáticos e o falar dos portugueses, dinâmico de tal forma a se tornarem independente. Assim, o galego-português tornou-se duas línguas distintas: o galego absorvido pela unidade castelhana, e o português que tornou-se a língua de uma nacionalidade com a perfeição em que se encontra hoje.

Leite de Vasconcelos (apud Carvalho e Nascimento, 1981, p. 24) divide em três épocas a história da língua portuguesa: pré-histórica, proto-histórica e histórica. A fase pré-histórica inicia-se com as origens da língua até e se estende até o século IX. Pouco são os materiais linguísticos dessa época e se reduzem ao romance lusitânico. A fase proto-histórica prolonga-se do século IX ao XII. Os textos encontrados nessa época são redigidos em latim bárbaro, com raras palavras portuguesas, evidenciando que o galego-português já existia. A fase histórica tem início no século XII, em que os textos já aparecem redigidos em português. Antes restrita ao uso oral.

Essa fase histórica é dividida em dois períodos: arcaico e moderno. O português arcaico se desdobra do século XII ao século XVI, conhecido através das poesias trovadorescas reunidas nos Cancioneiros e na prosa cronista com Fernão Lopes, Rui de Pina e Gomes Eanes. Nesse ensejo, por volta de 1290, o rei trovador D. Dinis, torna obrigatório o uso da língua portuguesa e funda a primeira universidade. Passando para o período do português moderno - do século XVI até os dias atuais - houve um aperfeiçoamento linguístico, pela influência do Renascimento. O fato literário de maior importância para a época foi a publicação de *Os Lusíadas* de Luís de Camões, classificado como maior monumento literário

linguístico. Ainda no século em estudo é publicada a primeira gramática da língua portuguesa em 1536, intitulada gramática da linguagem.

No século XVI Portugal teve grande êxito nas conquistas marítimas e territoriais. Nessa época a língua portuguesa, que servia de instrumento literário, se expandiu rapidamente para as regiões conquistadas. Estendeu seu domínio geográfico e institui-se diferentes dialetos pelas particularidades de cada região.

Leite de Vasconcelos (apud Carvalho e Nascimento, 1981, p. 27), assegura que o português atinge três grupos: português continental - falado em Portugal, português insulano - falado nas ilhas da Madeira e de Açores e português ultramarino - dialeto brasileiro, indo-europeu dentre outros. Em algumas das regiões da África e Ásia, o Português, sofreu alterações pelo contato com idiomas indígenas e deu origem ao dialeto crioulo "falar indígena resultante de emprego de uma língua de civilização pelos nativos, nas suas relações comerciais".

Atualmente a língua portuguesa está entre as mais conhecidas e faladas do mundo. As transformações e estudos sobre ela não param de crescer.

2.1 A LÍNGUA PARA OS FILÓSOFOS GREGOS

Segundo Gurpilhares (2004) a gramática tradicional surgiu como parte da filosofia. Alguns dos seus questionamentos a respeito das instituições sociais e da natureza do mundo se mantêm, mesmo com as mudanças socioculturais, ou seja, apesar de diferentes contextos as bases filosóficas permanecem.

Na Grécia antiga, os estudos gramaticais podem ser divididos em três fases primordiais. A primeira fase é composta pelos filósofos pré-socráticos e os primeiros retóricos, prossegue com Sócrates, Platão e Aristóteles; a segunda fase se consolida no período dos estoicos e a terceira fase firmada no período dos alexandrinos.

No primeiro momento, a língua encontra-se dispersa nas obras dos estudiosos da época. Tem-se apenas informações indiretas a respeito dos pré-socráticos, retóricos e Sócrates. Entretanto Platão, escreveu uma obra intitulada Crátilo, diálogo dedicado a questões linguísticas. Na obra o filósofo trata da origem da língua e de controvérsias entre naturalistas e convencionalistas, questionando se haveria ou não uma relação entre significado e forma. As obras que se seguem do

mesmo autor não se dedicam a língua, mas ainda se remetem ao assunto. Aristóteles pouco escreveu acerca de língua, tudo que elucidou a respeito está em sua obra retórica e lógica.

Em meio a essa discussão surgem os naturalistas, acreditavam ser natural a relação das palavras com a forma e seu significado e, os convencionalistas que acreditavam em uma relação convencional. Essa divisão em meio ao natural e ao convencional acendeu uma longa disputa entre analogistas e anomalistas. Os analogistas buscavam estabelecer modelos que fossem referência para a classificação das palavras regulares, nascendo assim o termo paradigma, adicionado na gramática.

Platão foi o primeiro a fazer a distinção entre substantivos e verbos. Os substantivos atuam como sujeito de um predicado e os verbos palavras que expressam ação ou qualidade. Esses conceitos serviriam de base para a definição dos objetos da sintaxe.

Dentre as contribuições de Aristóteles destacam-se a criação da categorias do pensamento, ou categorias aristotélicas que originaram as partes do discurso e após outras nomenclaturas categorizou-se como classes de palavras.

Contudo foi apenas na escola estoica que a língua passou a ser considerada em obras independentes, para os estoicos os estudos da língua seriam parte da filosofia. Assim explica Gurpilhares:

O espírito do homem seria uma tábula rasa, uma espécie de página em branco; no momento do nascimento, essa página seria "escrita" pelas experiências sensoriais e intelectuais do homem. A língua seria exatamente a expressão dessas experiências. Isto é, a língua seria a expressão do pensamento, e o veículo dessa expressão seria a voz (phone). Tratam eles da pronúncia da etimologia da gramática [...] separadamente, privilegiando o estudo gramatical, mas sem está interessados na língua em si mesma: como filósofos, a língua era para eles, antes de tudo, a expressão do pensamento e dos sentimentos e é nessa perspectiva que era investigada. (GURPILHARES, 2004, p. 45, grifo do autor).

Essas características dos estoicos são compartilhada pelos estudiosos de épocas anteriores, que também desenvolveram uma pesquisa sobre a língua em uma perspectiva filosófica e lógica.

Em relação a classes de palavras, elas foram criadas gradativamente com a contribuição de diferentes estudiosos em diferentes épocas. Os gregos utilizaram os critérios semânticos, morfológicos e sintáticos para classificação dessas classes de palavras, que prevalecem até hoje em nossas gramáticas.

A terceira fase, período dos Alexandrinos, destacou-se das demais. A preocupação com a língua não era mais filosófica ou lógica, mas literária, viam os estudos linguísticos como parte dos estudos literários. Para estudar a língua por essa vertente literária dois fatores influenciaram significativamente, o desejo de tornar acessível as obras de Homero aos contemporâneos e a preocupação com o uso correto da língua com o propósito de preservar o grego clássico de alterações impróprias. Imagina-se que nessa época foi criada a noção de certo e errado, assim como a primeira gramática grega.

2.2 PERSPECTIVAS LINGUÍSTICAS: A LÍNGUA SOB O OLHAR DO ESTRUTURALISMO

O estruturalismo é a teoria linguística que considera a língua como um conjunto estruturado, em que as relações de organização e funcionamento definem os termos. Esse método não é exclusivo à linguagem, é usado em diversas áreas das ciências humanas que visam definir um fato em função do conjunto.

A língua nessa perspectiva é vista como sistema, uma estrutura. Considerando um todo coerente com características semelhantes e que obedecem a determinados princípios de organização. Foi Saussure, precursor do estruturalismo, que destacou a ideia de língua como sistema, competindo a futura geração observar como esse sistema se estrutura e por esse razão o nome estruturalismo para a tendência de estudo.

O estruturalismo, portanto, compreende que a língua, uma vez formada por elementos coesos, inter-relacionados, que funcionam a partir de um conjunto de regras, constitui uma organização, um sistema, uma estrutura. Essa organização dos elementos se estrutura seguindo leis internas, ou seja, estabelecidas dentro do próprio sistema. (COSTA apud MARTELOTTA, 2011, p. 114).

O aprimoramento da corrente estruturalista da linguagem foi um importante fato científico do século XX, as contribuições de Saussure influenciaram toda uma geração de pensadores.

As ideias de Saussure tornaram-se acessíveis com o famoso Curso de Linguística Geral. Esse livro traz a reconstrução das anotações feitas por alunos de cursos lecionados por Saussure na Universidade de Genebra. Na obra mencionada é encontrado o modelo teórico do estruturalismo, no qual a língua está representada como um sistema exemplificado na comparação ao jogo de xadrez, com a imagem de um sistema articulado em que o valor não existe em si mesmo, mas é estabelecido pela relações com o todo.

Imaginando a estrutura da língua como o sistema do jogo de xadrez, podemos inferir que a comunicação é estabelecida porque conhecemos as regras da gramática de determinada língua. Vale ressaltar que a gramática em questão não corresponde ao manual de regras normativas, contudo aquela que regula o funcionamento do sistema linguístico normas internalizadas desde cedo que se manifestam no processo de aquisição da linguagem.

Conforme Costa (apud Martelotta 2011) a abordagem estruturalista entende que a língua é forma e não substância, mas reconhece a necessidade da análise da substância para que seja possível levantar hipóteses sobre o sistema a ela relacionado. Qualquer sistema que não apresente expressão em uma substância não seria cientificamente interessante, já que não poderia ser investigada.

Fiorin (2013, p. 142) ao abordar a respeito da mudanças linguísticas da corrente estruturalista classifica língua:

A língua é um sistema opositivo de valores que se organiza em relação a dois eixos: o sincrônico, ou estático, que se ocupa das relações entre os valores que coexistem em um determinado tempo no sistema; e o diacrônico, ou evolutivo, que se ocupa das transformações que ocorrem em um estado a outro do sistema.

Conclui-se que a mudança linguística vista por Saussure está inerente a um modelo estático, no sentido do interesse pelas configurações do sistema em seus variados estados de determinado período de tempo.

2.3 PERSPECTIVAS LINGUÍSTICAS: A LÍNGUA SOB O OLHAR DO GERATIVISMO

O gerativismo é uma corrente de estudo da ciência linguagem iniciada no Estados Unidos com a publicação da obra *Estruturas Sintáticas*, de Noam Chomsky, principal colaborador dessa linha de estudo. Ao longo dos anos nota-se inúmeras modificações com o objetivo de elaborar um modelo teórico formal, inspirado nas ciências exatas, capaz de esclarecer e apresentar como funciona a linguagem.

Os estudiosos da língua garantem que os estudos gerativos surgiram como resposta ao modelo behaviorista. Para os behavioristas a linguagem seria simplesmente um condicionamento social, que funciona através do mecanismo estímulo x resposta, eles consideram a linguagem humana como um fenômeno externo aos seres humanos.

Em meio as ideias defendidas pelos adeptos ao behaviorismo, Chomsky apresenta uma crítica fundamental para o entendimento do funcionamento da linguagem sob a perspectiva gerativa. O autor se atenta ao fato da criatividade humana, afirma que os seres humanos têm capacidade de elaborar novas frases e as modificarem infinitas vezes e não apenas repetir sentenças, como avalia os behavioristas. Sob essa ponto de vista, Chomsky pronuncia que a criatividade humana é a principal característica do comportamento linguístico do homem, fato que o difere do sistema de comunicação dos demais animais.

Nesse âmbito da discussão gerativa, Orlandi (2009, p. 39) trata da concepção de língua na perspectiva chomskyana:

[...] ele define a língua como um conjunto infinitos de frases. Esse "infinito" dá à definição de língua um caráter aberto, dinâmico, criativo. Não se trata, entretanto, de qualquer criatividade, mas de uma criatividade governada por regras. A língua não se define só pelas frases existente, mas também pelas possíveis, aquelas que se pode criar a partir das regras. Os falantes interiorizam um sistema de regras que os torna aptos a produzir frases, mesmo as que nunca foram ouvidas, mas que são possíveis na língua. (Grifo do autor).

A partir da citação podemos inferir que gramática gerativa é vista como um conjunto de regras que produzem as frases da língua. Ela é entendida de duas

formas como um sistema de regras que o falante possui, e ao mesmo tempo é o mecanismo que o linguista arquiteta para caracterizar esse conjunto.

Segundo Kenedy (apud Martelotta, 2011), para Chomsky, a capacidade humana de falar e entender uma língua deve ser compreendida como resultado de um dispositivo inato, o qual está destinado a construir a competência linguística de um falante. Esse dispositivo inato ficou conhecido como faculdade da linguagem, que o homem já nasce com ela.

Para uma melhor compreensão da corrente gerativista e seus estudos da linguagem em Chomsky (apud Martelotta 2011, p.129):

Uma das razões para estudar a linguagem (exatamente a razão gerativa) - e para mim, pessoalmente, a mais premente delas - é a possibilidade instigante de ver a linguagem como um "espelho do espírito", como diz a expressão tradicional. Com isto não quero apenas dizer que os conceitos expressados e as distinções desenvolvidas no uso normal da linguagem nos revelam os modelos do pensamento e o universo do "senso comum" construídos pela mente humana. Mais instigante ainda, pelo menos para mim, é a possibilidade de descobrir, através do estudo da linguagem, princípios abstratos que governam sua estrutura e uso, e que decorrem das características mentais da espécie humana. (Grifos do autor).

Com o advento da corrente em estudo a língua passa de comportamento social condicionado para ser analisada como uma faculdade mental natural.

2.4 PERSPECTIVAS LINGUÍSTICAS: A LÍNGUA SOB O OLHAR DO FUNCIONALISMO

De acordo com Cunha (apud Martelotta 2011), o funcionalismo é uma corrente linguística que se preocupa em estudar as relações entre estrutura gramatical das línguas e os contextos comunicativos em que elas são usadas.

Cunha (op cit) segue afirmando que os funcionalistas idealizam a linguagem como um instrumento de interação social, aderindo à tendência que observa a relação entre linguagem e sociedade. O interesse de investigação linguística sob o olhar do funcionalismo vai além da estrutura gramatical e busca na situação comunicativa a motivação para os eventos da língua. Essa abordagem busca esclarecer as regularidades notadas no uso interativo da língua, observando as

condições discursivas que se confere esse uso. A investigação funcionalista analisa fatos reais da fala ou da escrita recortados de contextos de comunicação.

Dentre as diferenças das demais correntes de estudos linguísticos, é importante ressaltar a particularidade entre funcionalismo e gerativismo quanto a explicação no processo de aquisição da linguagem. Para os funcionalistas a criança tem habilidade e necessidade comunicativa na sociedade, ela possui uma capacidade cognitiva que possibilita a aprendizagem da linguagem e os outros tipos de aprendizados. A gramática da sua língua é composta conforme exposição a situação de interação social da comunidade da fala a que pertence. Em contrapartida, os gerativistas esclarecem aquisição da linguagem com uma capacidade humana exclusiva pra aprendizagem da língua.

A cognição, conforme os gerativistas admitem que a linguagem reflete processo de pensamentos que as pessoas elaboram quando criam significados que se adaptam a diferentes situações comunicativas.

Em suma, a língua não constitui um conhecimento alheio, independente das situações sociais, de modo contrário, retrata um adaptação pelo indivíduo às diferentes situações comunicativas. É vista como um instrumento de ação e interação social.

3 CONCEITOS DE NORMA E GRAMÁTICA

O debate sobre norma instiga na sociedade a curiosidade de saber quem tem a capacidade de determinar o certo e o errado quanto as regras de uso da língua portuguesa, bem como a responsabilidade de definir o currículo escolar para a disciplina.

Em nosso país a discussão em torno da legitimidade de norma concentra-se em gramáticos, livros didáticos e linguistas. Os gramáticos estão vinculados a tradições da cultura brasileira, alicerce para a formação da língua portuguesa. Os livros didáticos propõem um noção de ensino pautado nas políticas públicas modernas, porém em sua grande maioria, ainda estão pautados na perspectiva tradicional de norma linguística. Os linguistas fundamentam-se na ciência, compreendem a língua em sua realidade social e contemporânea.

Assim, passaremos a estudar separadamente cada uma das perspectivas adotadas pelas vertentes gramaticais, livros didáticos e linguísticas.

3.1 GRAMÁTICA

É comum ouvirmos questionamentos acerca da organização das frases e quais padrões elas seguem, se existem restrições ou se dão de forma aleatórias. É certo que esses questionamentos são de interesse fundamental aos cientistas da linguagem.

Inicialmente, é preciso esclarecer que os falantes não ajustam os elementos linguísticos de modo aleatório, pois a língua tem restrições quanto ao processo de elaboração. Diante disso o falante segue uma tendência de colocação ligada ao conhecimento geral que tem de sua língua, que permite compreender e elaborar sentenças em situações específicas de comunicação.

Desde a época clássica, os estudiosos da linguagem tentam elaborar teorias que explicam o comportamento das línguas. Com o avanço da ciência da linguagem, tais explicações foram aperfeiçoadas, descartadas ou recuperadas em função das inovações acarretadas pelo progresso dos estudos. Esse agrupamento de teorias que buscam descrever o funcionamento da língua chama-se gramática.

Martelotta (2011, p. 45) assegura que o termo gramática pode ser visto por dois sentidos:

[...] Por um lado, esse vocábulo pode ser usado para designar o funcionamento da própria língua, que é o objeto a ser descrito pelo cientista. Nesse sentido, gramática diz respeito ao conjunto e a natureza dos elementos que compõem uma língua e às restrições que comandam sua união para formar unidades maiores nos contextos reais de uso. Por outro lado, o termo é utilizado para designar os estudos que buscam descrever a natureza desses elementos e suas restrições de combinação. Nesse segundo sentido "gramática" se refere aos modelos teóricos criados pelos cientistas a fim explicar o funcionamento da língua.

Nos deteremos ao segundo sentido do termo ao passo que trataremos dos diferentes tipos de gramática: tradicional, histórico-comparativa, estrutural, gerativa e cognitivo-funcional.

3.1 GRAMÁTICA TRADICIONAL

A gramática tradicional é àquela que conhecemos na escola desde as séries iniciais, e com base nela aprendemos com nossos professores de linguagem a reconhecer os elementos formadores dos vocábulos, analisar sintaticamente as sentenças e usar concordância. Porém, a origem desses estudos nem sempre é esclarecido.

A gramática normativa que ainda hoje rege os parâmetros dos livros didáticos, currículos escolares e até mesmo seleções de concursos públicos, teve sua origem nas bases filosóficas iniciadas na Grécia antiga. O interesse pela linguagem foi despertado sobretudo pela curiosidade em compreender os aspectos associados ao pensamento, linguagem e realidade. Os gregos se questionavam a respeito das relações entre as coisas e sua imagem.

Conforme Martelotta (2011) quem melhor caracteriza a tradição gramatical foi Aristóteles, para ele a língua seria o instrumento que procede o exercício do pensamento e da linguagem. Além da atenção filosófica, a gramática apresenta uma atenção normativa, que estabelecem o uso ideal da língua pela norma gramatical tradicional.

Assim afirma Neves (apud Bastos 2002, p. 43), "toda a gramática tradicional ocidental está afeiçoada à trajetória que culminou na sua instituição". Para melhor entender essa norma imposta pela gramática tradicional, vale ressaltar que seus princípios foram adotados pelos romanos e adaptados à língua latina. Os romanos, por sua vez dedicaram-se mais ao aspecto normativo, pois idealizavam uma unificação linguística.

É evidente a influência dos padrões de correção impostos pela gramática em relação a combinação de elementos linguísticos, correções que tendem a se ampliarem conforme o nível escolar e o grau de formalidade que o contexto do falante exige. Em contra partida do que se vê nessa perspectiva da norma, as mudanças que ocorrem na língua em uso são processos naturais que ocorrem com o tempo e apresentam variações no emprego.

Nessa perspectiva, Martelotta segue comentando:

[...] ao conceber a existência de formas gramaticais corretas, os gramáticos tradicionais abandonam determinadas formas consideradas erradas, mas que são efetivamente utilizadas pelos falantes na comunicação diária. Com isso, essa gramática adota uma visão parcial da língua, sendo incapaz de explicar a natureza da linguagem em sua totalidade. (MATELOTTA, 2011, p. 47).

Em síntese, a gramática tradicional continua sendo vista como principal fonte de descrição *ideal* da língua, livre das *inadequações* presentes em seu uso. Os dicionários e manuais didáticos em sua maioria adotam as normas dessa gramática, que atribuem certo respeito a quem domina a regra. Entretanto exclui a variante não padrão e não admite as variações. Somente a linguística como ciência oferece condições para que outra concepção de língua concorra com a gramática tradicional, já que para os linguistas, a normatização não existe somente por questões linguísticas, mas sociais, culturais, econômicas, nível educacional dentre outros.

3.2 GRAMÁTICA HISTÓRICO-COMPARATIVA

A gramática histórico-comparativa desenvolveu-se no século XIX, com a afirmação de que as línguas poderiam ser sistematicamente comparadas quanto a

estrutura gramatical, aspectos fonéticos e vocábulos de modo a evidenciar algum parentesco.

Os cientistas adeptos a essa corrente trabalhavam com línguas desaparecidas, o que possibilitava relacionar línguas derivadas das línguas mortas. Como explica Coutinho (2011), o método histórico-comparativo se baseia em relacionar os fatos de uma língua aos comparáveis de outra mesma família, para assim lhes descobrir a origem ou procedência. Basicamente esse processo é o que caracteriza o método histórico-comparativo.

Considera-se que a nova tendência dá início a ciência da linguagem, ou linguística. O interesse dos estudos da linguagem ganha um caráter estritamente linguístico, ao contrário dos métodos filosóficos ou normativos, deixando de lado os princípios que regulam a tradicional base grega.

segundo Martelotta (2011), percebeu-se nas propostas aristotélicas, base para os estudos linguísticos do século XVIII, um conjunto de ideias preconcebidas sobre a linguagem que não eram resultantes de estudos empíricos.

Ainda embasados por Martelotta (op cit) a gramática histórico-comparada se desenvolveu pelo fato dos intensos avanços presentes no contexto que se encontrava o século XIX. Um dos principais fatos a se destacar na época foi a descoberta de que o sânscrito, antiga língua dos livros sagrados da Índia, tinha uma gritante semelhança com as línguas europeias.

Vale ressaltar outro importante momento que deu-se conforme Bagno (apud Wedwood, 2002) quando Jacob Grimm demonstrou, na segunda edição de sua gramática comparativa germânica que correspondências entre os sons do germânico e do grego, do latim e do sânscrito em palavras do mesmo sentido. E postulou algumas irregularidades nessas correspondências, o que ficou conhecido como Lei de Grimm. Em sua lei Grimm identificou as mudanças fonéticas entre as línguas de épocas diferentes.

Com os avanços do método comparativo, August Schleicher incrementou na linguística pela influência de Darwin, a ideia de seleção natural e árvore genealógica nas línguas. Admitindo que as línguas, semelhante aos seres vivos, têm um ciclo de vida. Contudo essa concepção foi confrontada pelos neogramáticos que indicavam, esses indicavam que os pesquisadores voltassem sua atenção para uma língua viva "onde os processos de evolução linguística poderiam ser vistos em ação, e onde

poderiam ser captados o papel das forças psicológicas que estão na base do funcionamento e da evolução das línguas". (ILARI, 2006, p.19).

Os neogramáticos buscavam aproximar os métodos de pesquisa linguística aos das ciências naturais. Para tanto apresentam as leis fonéticas que regulam a língua e admite exceções apenas para as analogias e os empréstimos. A analogia é caracterizada pelo processo em que a mente humana constitui semelhanças entre formas originalmente distintas que impede a ação das leis fonéticas. Já o empréstimo é a influência de um falar sobre outro ou de uma língua sobre outra.

"Assim, a tradicional visão lógica e universal das línguas é substituída por uma abordagem de caráter social que a arbitrariedade e as diferenças culturais passam a ser importantes". (MARTELOTTA, 2011, p. 52).

Apesar das contribuições da gramática histórico-comparada os estudiosos da língua observam que essa perspectiva se restringe a uma abordagem histórica do funcionamento gramatical, definido-o como o efeito de mudanças linguísticas. Além de estudarem a língua de maneira isolada.

3.3 GRAMÁTICA ESTRUTURAL

A gramática estrutural, como já discutida em outra ocasião, desenvolveu-se no início do século XX, pela influência dos pensamentos de Ferdinand de Saussure que tornaram-se conhecidas com a publicação da obra *Curso de Linguística Geral*. Agora, a visão que caracterizou a gramática histórica ganha uma nova roupagem.

Os estudos estruturalistas almejavam descrever a estrutura das línguas, aqui vistas como um sistema autônomo, em que suas partes se organizam em uma relação de acordo com leis próprias do seu sistema. Nessa perspectiva Martelotta (2011), certifica que Saussure distingue *langue* e *parole*, em que a primeira constitui um fenômeno coletivo produzido socialmente e a segunda refere-se ao caráter individual do sistema. O estudioso por sua vez apontava a impossibilidade de avaliar os elementos linguísticos isolados do sistema que eles formam, destacando a prioridade do todo pela parte. Por isso, "a tendência comparatista de trabalhar com unidades isoladas é abandonada em favor de uma metodologia em que a relação entre os elementos dentro do sistema passa a ser essencial para a compreensão da estrutura da língua". (MARTELOTTA, 2011, p. 54).

O método de análise linguística em estudo costuma ser relacionado com a corrente filosófica do empirismo, que carrega três principais características: o conhecimento é condicionado à experiência, usa o método indutivo e exibe um modo descritivo, e não universal.

Contudo as restrições dessa gramática estão ligadas a seu caráter empírico, que descreviam com excelência as diferentes línguas, porém não atingia bons resultados ao explicar a existência da universalidade linguística. Essa tendência deixou a parte a parole, assim excluía a ideia de que o sujeito tem capacidade de adaptar sua fala aos mais variados contextos, não abrangendo em seus estudos os fenômenos sociointerativos.

3.4 GRAMÁTICA GERATIVA

A gramática gerativa surge com a publicação da obra *Estruturas Sintáticas* de Noam Chomsky, a partir de então manifesta-se uma nova forma de analisar a linguagem.

Chomsky apresenta uma teoria que ressalta o aspecto criativo do falante e a sua competência de criar e de compreender frases inéditas, essas características são exclusivas ao ser humano. Nessa perspectiva, a natureza da linguagem está ligada a estrutura biológica do homem. As influências externas se restringem a função de ativar o funcionamento do órgão mental responsável pela linguagem, o que se dá através do contato do indivíduo com sua comunidade linguística e suas experiências naquele meio.

A análise da gramática gerativa está na base da estrutura gramatical das línguas. Para tanto adota dois princípios teóricos: princípio do inatismo e princípio da modularidade da mente. Para o primeiro existe uma estrutura inata, formada por um conjunto de princípios que regulam as variedades da língua que se apresentam em dados universais. O modularidade da mente presume que nossa mente é modular, composta por módulos com diferentes funções que funcionam individualmente, ou seja, cada um desses módulos são responsáveis por uma função cognitiva.

Destaca-se ainda outro importante aspecto que caracteriza a gramática gerativa, a distinção entre competência e desempenho proposta por Chomsky. A competência é definido pela capacidade que o indivíduo possui de criar e

compreender frases em uma língua, o desempenho é caracterizado pela utilização real da competência. É importante ressaltar que o autor assim como Saussure, assume que o objeto de estudo da linguística deve ser a competência e não o desempenho.

Martelotta (2011) diz que é comum relacionar o movimento gerativista com a corrente filosófica racionalista, e identificada por três características: a razão como fonte de conhecimento, emprega o método indutivo e apresenta um caráter explicativo e universalista.

Das informações apresentada a respeito dessa corrente de estudos da linguagem percebe-se sua grande importância. Entretanto os estudiosos dessa teoria se detém a ideia de competência em detrimento desempenho deixando de lado os aspectos sociocognitivos integrados a linguagem.

3.5 GRAMÁTICA COGNITIVO-FUNCIONAL

A gramática conectivo-funcional apresenta uma inovação acerca do foco de análise linguística, e amplia os estudos da linguagem para além dos fenômenos estruturais passando a analisar também a situação de comunicação.

Os estudiosos dessa corrente percebem que as formas linguísticas e sua irregularidade, assumem tais funções pela ação do processo comunicativo, sendo possível as mudanças e as variações linguísticas. Pretende explicar e apresentar os fatos linguísticos com base nas ocasiões que realizam nos mais variados contextos de uso efetivo da linguagem.

Tem-se a ideia de associação entre discurso e gramática, pois o discurso precisa dos padrões gramaticais para se efetivar, contudo a gramática se alimenta do discurso, adaptando-se as situações de comunicação. Assim explica Martelotta (2011, p.63):

Essa é uma visão dinâmica da gramática, que prevê a atuação de mecanismos expressivos associados à subjetividade dos falantes, que recriam padrões gramaticais a fim de conferir força ao discurso. Da ritualização, conseqüente da repetição desses novos padrões, emerge a gramática. Entretanto, esse mecanismo não é arbitrário [...].

Os mecanismos de que trata o autor seguem habilidades que regularizam nossas atividades verbais. Esses mecanismos se relacionam com a habilidade de partilhar informações com nossos semelhantes e nos engajarmos nas atividades sociais comunicativas, também se relaciona aos aspectos de funcionamento da mente que implica no processamento de informações e conseqüentemente no discurso.

Na abordagem em estudo é possível dizer que a língua apresenta funções cognitivas e sociais. O desempenho destas funções tem fundamental importância na construção dos sistemas e estruturas que compõem a gramática de uma língua.

Portanto, é possível afirmar que o olhar para compreensão dos fenômenos vinculados à gramática das línguas se modificou ao longo do tempo, desde os gregos até os linguistas. Com o progresso dos estudos os princípios foram sendo aperfeiçoados, deixados de lado e até retomados em detrimento das descobertas científicas.

4 O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO FRENTE AS QUESTÕES DE NORMA E VARIAÇÃO

A história do livro didático está repleta de sequência de decretos e leis governamentais que foram implantadas a partir de 1930. Foi também a partir dessa época que se desenvolveu uma política educacional consistente e com base científicas em nosso país.

Assim como inúmeras outras implantações estão relacionadas a economia, a inserção do livro didático no Brasil, segundo estudiosos, está ligada diretamente a Revolução de 1930. Na ocasião a queda da moeda brasileira, o encarecimento do livro estrangeiro e a crise mundial possibilitaram ao compêndio nacional competir comercialmente entre estes.

Segundo Freitag et. al. (1997) a ação inicial para garantir a divulgação das obras de interesses educacional e cultural, no período do estado novo, foi a criação do INL (Instituto Nacional do Livro), órgão submisso ao MEC. Seguindo esses preceitos o Decreto de número 1.006 de 30/12/1938 pioneiramente define o que é necessário ser entendido por livro didático. Posteriormente, pelo mesmo decreto crias-e a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) com a função de indicar livros de valor para a tradução e recomendar concursos a determinados livros inéditos. A legitimidade da Comissão, apesar de recebe críticas e questionamentos, ainda sim é legalizada. Seus próprios membros chegam a discutir sobre a legalidade que continua a exercer o poder.

Assegura Freitag et al. (op cit), que na década de sessenta foram assinados inúmeros acordos entre o governo brasileiro e americano acompanhado a esses acordos surge a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). As propostas trazidas por tais documentos visavam o alcance do livro didático para população. Posteriormente criou-se o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de acordo com o Decreto 68.728 de 08/06/71, o que ocasionou a extinção da COLTED.

O autor segue discutindo o assunto e nos informam que em 1980 mostra-se pela primeira vez diretamente ligada a política governamental do livro didático com crianças carentes. Nessa ocasião que são lançadas as diretrizes do Programa do

Livro Didático - Ensino Fundamental (PLIDEF), em seguida acrescenta-se ao ensino médio e supletivo.

São levantadas críticas em relação a centralização do poder quanto a política do livro didático, característico da velha república, e os problemas causados por isso. Com uma nova legislação busca-se corrigir as irregularidades marcadas e descentralização de poder administrativo no PNLD, propondo que o professor escolha que livro adotar.

Em se tratando da pesquisa sobre o livro didático no Brasil, elucida Freitag et al. (1997, p.p 23 - 24):

[...] no Brasil, a pesquisa sobre o livro e sua crítica se limita, por longas décadas, a estudos isolados de cursos de pós-graduação, que via de regra permaneceram engavetados, sem merecer a atenção dos técnicos, assessores e burocratas que vinham fazendo política do livro didático no Brasil. Só muito recentemente [...] essa tendência vem sendo revertida [...].

Nesse sentido é possível afirmar que as medidas educacionais ganham um novo caráter, lógico e ideológico no contexto do Estado Novo, decretado por Getúlio Vargas. Ainda sob a influência dessa nova vertente de governo há uma introdução na constituição de 1967, da obrigatoriedade escolar de oito anos seguidos por decretos que reformularam o sistema educacional brasileiro inspirados em modelos internacionais.

Ao longo dos estudos e pesquisas dedicadas ao livro didático nota-se a tentativa de aperfeiçoamento tanto no processo de escolha quanto aos conteúdos, no que se trata das especificidades de cada região e situação sócio econômica de seu público. Ainda com o propósito de aprimorar a forma de aprendizado a modernização da didática passa a se debruçar nos modelos científicos de aprendizagem.

Ainda com as inovações e atenção especial no âmbito do material didático utilizado em sala de aula, é importante ressaltar a crítica dos estudiosos quando notam que os textos escolhidos para integrá-lo ainda não condizem com a realidade brasileira. Por outro lado, reconhecem que mesmo que haja inadequações sua utilização é indispensável.

Quanto a complementação necessária ao manual didático, comenta Freitag et al. (1997, p. 130):

O professor qualificado e de bom nível recorre a outros meios didáticos e recursos, como literatura, dicionários e documentos, constantes em bibliotecas escolares ou retirados de outras bibliotecas públicas disponíveis.

Os autores ainda argumentam sobre a capacidade do professor exercer um trabalho dinâmico e inovador. Eles apontam a necessidade de cursos de aperfeiçoamentos para que o profissional esteja em constante atualização.

São perceptíveis as adaptações sofridas desde a criação das políticas educacionais até hoje. Adaptações essas que não são estanques.

Quanto ao atual processo de escolha do livro didático, o PNLD oferece as instruções necessárias para assistir o professor segundo as possibilidades e preferências na seleção dos conteúdos que sejam coerentes com o cotidiano do aluno. Para tanto é necessário que as escolas estejam conscientes da situação particular de sua clientela.

O PNLD referente ao segundo ciclo do ensino fundamental nos garante que o ensino de língua portuguesa nessa etapa do processo ensino-aprendizagem, necessita aprofundar a qualificação do aluno na escrita. Assim se faz necessário desenvolver competências e habilidades de leitura e escrita nos mais variados meios de interação social, garantindo o desenvolvimento da linguagem oral e a apropriação da escrita.

Seguindo essa ótica o trabalho com os conhecimentos linguísticos deve abordar seus diferentes tipos em efetivo uso ligados a leitura, produção textual e linguagem oral. Na medida que respeite as variedades sociais e regionais da língua, garantindo o estudo das normas urbanas de prestígio no contexto sociolinguístico e estimular reflexão proporcionando a construção dos conceitos tratados.

No que concerne a competência metodológica o livro deve apresentar um tratamento didático: voltado para a vivência dos alunos, uma transmissão reflexiva dos conceitos abordados e uso da linguagem situado na contextualização.

Apesar de todas as exigências que competem às obras prevalece a predominância, nas coleções, da concepção mecânica de ensino de língua portuguesa como assim bem coloca o PNLD (2014, p. 28):

A perspectiva predominantemente transmissiva ainda se faz presente, em especial no tratamento dado aos conteúdos de morfossintaxe; mas em todas as coleções há espaço, maior ou menor, conforme apontado nas resenhas, para a reflexão. E em boa parte das coleções o tratamento conferido aos conhecimentos linguísticos é declarada e consistentemente indutivo, as atividades organizando-se para levar o aluno a construir as categorias, as noções e os conceitos em jogo.

Os PCN no Brasil têm a importante função de orientar os educadores através da normatização das disciplinas.

4.1 O ENSINO DE PORTUGUÊS E AS CONCEPÇÕES DE VARIAÇÃO

À medida em que a sociedade evolui, notamos que a produção do conhecimento também passa por mudanças. Esse contexto de desenvolvimento desafia o sistema escolar, ainda pautado em bases conservadoras.

Há bastante tempo os livros didáticos de língua portuguesa priorizam o ensino da gramática normativa, tornando-a o centro das atenções em sala de aula, transmitindo a ideia de que existe uma só norma de língua em nosso país, a culta.

Bagno (1999) comenta o mito de que no Brasil só há uma língua, analisando esse fato como danoso ao ensino, por não admitir a diversidade do português no Brasil. A instituição de ensino impõe como língua única, a língua dentro dos padrões da norma culta, sem levar em conta aspectos essenciais, como faixa etária dos alunos, espaço geográfico, situação socioeconômica dentre outros, desprestigiando a variedade não padrão falada pelos menos escolarizados fazendo-os vítimas de preconceito linguístico.

Nesse contexto, é preciso repensar algumas atitudes dos docentes quanto ao ensino de língua portuguesa, para que este possa atender às necessidades do trabalho com a variação, quando notamos que a norma padrão é privilegiada nos materiais didáticos na maior parte do tempo reforçando a ideia de uma língua ideal.

Faraco (2008) assinala que os livros tratam da variação como um erro, sendo mais comum encontrarmos o trabalho com a variação geográfica, por ser a mais simples de ser trabalhada. O autor segue advertindo que esses fenômenos não

são expostos como expressões das línguas que pertencem a comunidade de cada região.

Tendo em vista a importância do livro didático para o ensino, como principal suporte ao alcance do aluno, é papel do professor adequar o seu material didático, sobretudo o livro. Para tanto, é importante que o professor apresente uma boa formação acadêmica e uma base de conhecimento sociolinguístico, na medida em que discute o conteúdo, objetivando um bom resultado no processo ensino-aprendizagem, bem como respeitar a variedade linguística do discente e sua cultura. Cabe ainda observar se sua proposta metodológica, se a maneira como a língua está condizente com as políticas educacionais. Nesse cenário, o professor deve complementar suas aulas com materiais e meios além livro didático.

Diante dos acontecimentos e estudos realizados, é notória a preocupação com a educação no Brasil, pelo fato do ensino de língua apresentar uma problemática na metodologia que deixa a desejar quanto ao tema da variação linguística nas modalidades oral e escrita.

Apesar das aulas de língua materna ainda direcionarem-se para a memorização de regras gramaticais, e conseqüentemente evidenciando em usos da norma, as políticas educacionais vêm propondo novos métodos de ensino.

Assim os PCN (1998, p. 55) propõem habilidades e competências para aperfeiçoar a prática docente:

Permitem inferir que o ensino de Língua Portuguesa, hoje, busca desenvolver no aluno seu potencial crítico, sua percepção das múltiplas possibilidades de expressão linguística, sua capacitação como leitor efetivo dos mais diversos textos representativos de nossa cultura. Para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que possam ser mobilizadas nas inúmeras situações de uso da língua com que se depara, na família, entre amigos, na escola, no mundo do trabalho.

Partindo dessa premissa, o aluno deve desenvolver competências e habilidades que possam ser empregados nas mais variadas situações de uso linguístico, formal ou informal, ultrapassando a memorização mecânica de regras gramaticais ou dos movimentos literários.

À vista disso, surge a necessidade de uma pedagogia do multiletramento, como assegura Rojo (2012, p. 12) considerando que o conceito de multiletramento surgiu em 1996, em um manifesto consequente de um colóquio do Grupo Nova Londres, grupo de pesquisadores dos letramentos que publicou um manifesto com o título "*A Pedagogy of Multiletramento - Designing Social Futures* ("Uma pedagogia dos multiletramentos - desenhando futuros sociais")".

Para Rojo (2012) o novo conceito pedagógico aponta para tipos específicos de multiplicidade presentes em nossa sociedade contemporânea: a multiplicidade cultural das populações e as multiplicidades semióticas de constituição dos textos por meio dos quais elas se informam e se comunicam. Tais multiplicidades resultam no enfoque das práticas de linguagens, para constituir sentido em variados contextos, garantindo o desenvolvimento das diferentes formas de usos da linguagem.

A sociolinguística propaga na escola o respeito à necessidade do enfoque da heterogeneidade linguística, pois o ambiente escolar é repleto de alunos que têm diferentes vivências e experiências. O ensino-aprendizagem por essa ótica necessita ser visto por sua dinamicidade. Assim a sociolinguística sugere para desmitificar que apenas a língua padrão é a exclusiva forma adequada para o ensino-aprendizagem, salientando a necessidade de reflexão sobre as variantes linguísticas deixando de lado o preconceito.

Conforme Antunes (2007), a variação linguística é natural e existe porque as línguas são fatos sociais e pelo fato do equívoco de que as pessoas não sabem falar ou são ignorantes. Salienta a autora que a norma das diferentes regiões é uma marca de identidade.

Tendo em vista as considerações a respeito dos métodos de ensino é essencial que os professores formados, e em formação, adotem métodos inovadores na prática docente, com o objetivo de formar cidadãos críticos e conscientes de maneira que possam se pronunciar nas mais variadas situações com segurança.

Idealizar a língua, sem analisá-la cientificamente, sem explicar aos alunos os motivos da variação linguística, contribui com o pensamento de que não se sabe falar português, sobretudo contribui com a perpetuação de certo e errado. A língua antes de tudo deve ser vista como nossa identidade, pois suas características são inerentes ao grupo social dos seus usuários.

Por conseguinte, para o ensino de língua portuguesa basear-se nas propostas da sociolinguística é necessário que a instrução das variedades cultas sejam adotadas em detrimento a norma padrão.

Em suma a gramática normativa deve ser estudada pela sua história e importância, bem como patrimônio cultural, mas não como único instrumento coerente para o ensino de língua portuguesa. A grande maioria dos conhecimentos que hoje desfrutamos vieram da antiguidade, porém mudam seus métodos ao longo do tempo e com a língua não deve ser diferente, assim esclarece Bagno (2007).

As variantes da nossa língua são bens culturais de um povo, não caracterizam aspectos a serem considerados melhor ou pior por usarem uma ou outra variante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Bagno (1999), o papel da escola é de criar condições para que o português padrão seja aprendido, observemos que essa afirmação é coerente, desde que esse ensino não se limite somente ao ensino tradicional. Logo, para alcançarmos uma proposta de ensino inovadora, os professores devem conscientizar-se que, apesar da forma padrão da língua ser priorizada, não se deve estigmatizar as outras variantes de nosso idioma. O docente deve considerar as variantes dos alunos, respeitando e apresentando a heterogeneidade da língua portuguesa, esclarecendo que devemos adequar a maneira de falar ou escrever de acordo com a situação comunicativa a qual estamos expostos.

Mediante o que já foi discutido, notamos que um dos problemas quanto ao ensino de língua portuguesa está no fato do ensino da gramática normativa ser ministrado de forma descontextualizada e mecânica, direcionando as aulas de português para a memorização das regras gramaticais.

Conclui-se que o ensino pautado em métodos e materiais retrógrados acerca da gramática e da língua portuguesa não contribui para desenvolver as competências comunicativas do discente, o que o induzirá a não gostar de português e difundir o mito de que fala e escreve bem somente aquele que domina as regras da gramática normativa.

Os conceitos de língua e gramática não são idênticos. Diante disso nas aulas de língua portuguesa não se deve trabalhar apenas as regras gramaticais. Ao focalizarmos língua e gramática notamos o quanto evoluiu os estudos da ciência da linguagem.

Sem sombra de dúvidas, o advento da linguística trouxe importantes considerações sobre a linguagem e a capacidade do falante em produzir frases e compreendê-las, defendendo que o falante tem domínio sobre sua língua, ideia que difere da proposta de ensino normativo que institui aos alunos aprenderem uma nova língua.

Diante disso, são notórios os esforços das políticas educacionais quanto à preocupação com ensino mais eficiente de língua portuguesa, contudo ainda não é o suficiente. É necessário um maior comprometimento dos professores e do material didático adotado, para que esse objetivo seja alcançado.

Apesar do passar dos anos a escola ainda trata a gramática com a mesma importância da época em que se estabeleceu a norma. Em reflexo a isso, ainda hoje ela é considerada a língua ideal, verdadeira, oficial e os que não seguem suas instruções sofrem com o preconceito por parte daqueles que não possuem conhecimento da teoria linguística sobre variação.

O livro didático, hoje considerado instrumento primordial no processo ensino-aprendizagem, foi implementado há algum tempo, desde a época em que se consolidou uma política educacional com bases científicas. Porém, mesmo em meio aos avanços da ciência da linguagem ainda assim, é notório que a cultura da norma prevalece nos conteúdos abordados nesse material, dirigindo o ensino de uma língua privilegiada.

Uma possível solução pra minimizar a visão tradicional de língua na escola, é a atuação do professor, como formador de cidadãos críticos, adotar uma postura inovadora de ensino, tentar combater o preconceito linguístico e não alimentá-lo. Uma importante ação seria complementar o material didático com suportes que proporcionem ao discente refletir sobre a variação linguística, e tentar fugir da tradição técnica normativa. É necessário salientar que gramática e língua não são a mesmas coisa, e ensinar esse conceito para os alunos.

Enfim, o ensino da gramática não deve ser deixado de lado, porém é preciso conscientizar que ela sozinha não é suficiente na formação de usuários competentes da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé Costa. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. Belo Horizonte: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49^o. ed. São Paulo: Edição Loyola, 1999.

_____. **A norma oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 16^a. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BASTOS, Neusa Barbosa (org.). **Língua portuguesa**: uma visão em mosaico. São Paulo: IP-PUC-SP/EDUC, 2002.

BRASIL. **Parâmetro Curriculares Nacionais (PCN)**. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Guia do Livro Didático PNLD 2014**: língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2013.

BORTONI-RICARDO, Estella Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. **Gramática histórica**: para o 2^o grau e vestibulares. 13. ed. São Paulo: Ática, 1981.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. 1^a ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

FIORIM, José Luiz (org.). **Linguística? O que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira. **O livro didático em questão**. 3^a. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GURPILAHRES, Marlene Silva Sardinha. In: **As bases filosóficas da gramática normativa**: uma abordagem histórica. Janus, Lorena, ano 1 n^o1, 2^o semestre de 2004.

ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?** Norma e uso da Língua Portuguesa. 3º. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é linguística**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues; MOURA, Eduardo (org.). **Multiletramento na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SAUSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix/ Edusp, 2006.

WEEDWOOD, Barbara. **História Concisa da linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.